

A UNIDADE DA OBRA DE ADAM SMITH: UMA INTERPRETAÇÃO

Juliano Vargas*

RESUMO: O artigo apresenta breves considerações a respeito das obras mais proeminentes de Adam Smith, a *Riqueza das Nações* (RN) e a *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM), salientando ser a primeira extensão da segunda, devendo ambas ser entendidas conjuntamente. Enquanto a RN revela a visão do autor sobre o que se tornou a área autônoma do conhecimento denominada economia, a TSM expõe seus posicionamentos sobre a ética. Utilizando o método indutivo, Smith contribuiu decisivamente para a delimitação da economia, auxiliando a emancipar essa área do conhecimento da filosofia moral, mas sem dissociá-las completamente, mantendo-as de fato relacionadas no conjunto de sua obra. Muitos analistas atribuem ao autor escocês responsabilidade pela difusão da doutrina liberal irrestrita. Essa leitura, contudo, resulta de interpretação parcial do trabalho de Smith, que não deve ser apreciado apenas com base em fragmentos de seus escritos. Antes, é preciso resgatar o legado de Smith relativo à sua filosofia moral e as inquestionáveis conexões estabelecidas a mesma e a sua visão da economia, abordando, portanto, a sua obra em uma dimensão integral.

PALAVRAS-CHAVE: Adam Smith, filosofia moral, ética, economia.

Área 1: Metodologia, História e Economia Política.

Classificação JEL: B10; B12; B15.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir um tema específico da história do pensamento econômico, qual seja, as inter-relações entre as duas obras principais de Adam Smith, a *Riqueza das Nações* (RN) e a *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM), baseando-se, para tanto, em uma abordagem expositiva e analítica do assunto. As questões básicas para as quais se buscará respostas são as seguintes: a) quais as contribuições de Smith para o surgimento do discurso econômico? b) existem argumentos relevantes que indiquem a sua intenção deliberada de emancipar, em sentido estrito, a economia da filosofia moral? c) de que maneira os escritos de Smith são interpretados atualmente e quais as principais razões para tal?

No que diz respeito à estrutura do artigo, na segunda seção serão apresentadas as contribuições mais importantes de Adam Smith ao surgimento do discurso econômico, suas principais características e implicações, tudo isso ligado a uma exposição dos principais conceitos da RN. Na terceira seção, avaliam-se os argumentos julgados mais significativos utilizados por aqueles que defendem a ideia de ter havido uma tentativa de Smith em emancipar a economia enquanto área autônoma do conhecimento, procurando desvencilhá-la da filosofia moral. Na quarta seção desenvolve-se uma análise crítica a respeito da maneira que os escritos de Adam Smith são interpretados atualmente pela teoria econômica convencional e quais as razões mais relevantes para este tipo de leitura. Por fim, elaboram-se algumas considerações finais a respeito do conteúdo apresentado, ressaltando a unidade existente nos escritos do pensador escocês.

* Professor da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

2 ADAM SMITH, A RN E O SURGIMENTO DO DISCURSO² ECONÔMICO

Até o século XVIII inexistia um conceito pronto e estabelecido do que hoje se denomina economia. Ainda que tenham ocorrido antes desse período reflexões sobre assuntos que atualmente são próprios dessa área do conhecimento (formação de preços, sistemas de trocas, trabalho, entre outros), não havia até então uma sistematização específica da economia tal como a concebemos na atualidade. Por um lado, até o século XVIII o discurso econômico não estava instituído solidamente, por conta da própria estrutura interna das sociedades que precederam as economias de mercado³, no modo como as ações voltadas para assegurar sua reprodução material frequentemente se orientavam por motivações extra-econômicas⁴. Por outro lado, o surgimento da economia de mercado e suas implicações viabilizaram a construção coerente e “racional” de princípios inteligíveis que permitiram a criação deste novo campo de conhecimento, constituindo sua condição objetiva de possibilidade (CERQUEIRA, 2001).

Nesse sentido, Adam Smith é celebrado como um dos que mais contribuíram para que a economia surgisse enquanto área autônoma do conhecimento humano, pois este autor desempenhou um papel pioneiro no estudo e na explicação dos fenômenos e princípios econômicos. Por meio do método indutivo⁵, a partir de uma evidente influência da abordagem utilizada por Isaac Newton⁶ no campo da física (Smith buscou elaborar para os fenômenos sociais aquilo que Newton elaborou para os naturais), Smith buscou explicitar as bases que sustentam a vida em sociedade. Em uma análise bastante parcial embora muito acolhida (sobretudo pela teoria econômica convencional⁷) de sua obra mais difundida, a Riqueza das Nações (RN), prega-se que Smith preconiza a liberalização econômica ampla e irrestrita, sendo este o modelo ideal que mais beneficia o conjunto da sociedade. O papel do Estado deveria se resumir a áreas como a defesa, justiça e infraestrutura, com mínima ou inexistente intervenção deste ente na atividade econômica (VINER, 1927)⁸. Para tanto, são selecionados trechos bastante específicos da RN para sustentar tal interpretação, qual seja, difundir uma visão de economia de ordem liberal⁹, mormente atribuída a Smith, como será discutido mais adiante neste artigo.

Em tal perspectiva, os conceitos smithianos mais frequentemente destacados pelos interessados no tema são os seguintes: trabalho e troca, interesse-próprio e mão invisível. Aqui segue uma breve exposição do cerne de cada conceito, em consonância com a referida parcialidade mencionada. Abordando, inicialmente, os conceitos de

² O termo “discurso”, conforme Tribe (1999), abarca todas as formas equivalentes passíveis de uso pela terminologia econômica ou que possam ser utilizadas para fins econômicos, englobando, por exemplo, “pensamento”, “tese”, “ideia” e “sistema” (“teoria”).

³ Existe economia de livre mercado, economia de mercado ou sistema de livre iniciativa quando os agentes econômicos atuam de forma livre, com pouca ou nenhuma intervenção dos governos. É, portanto, um mercado idealizado, onde todas as ações econômicas e individuais relativamente à transferência de dinheiro, de bens e de serviços sucedem voluntariamente. O cumprimento de contratos voluntários, contudo, é obrigatório e assegurado pelo sistema legal. A propriedade privada é protegida pela lei e ninguém pode ser forçado a trabalhar para terceiros. O mercado livre é defendido pelos proponentes do liberalismo econômico.

⁴ Como no caso dos escolásticos entre os séculos XIV e XVII ou dos mercantilistas do século XVI e XVII.

⁵ Método indutivo, ou indução, é o raciocínio que, após considerar um número suficiente de casos particulares, conclui uma verdade geral. A indução parte da experiência sensível, dos dados particulares.

⁶ A obra de Smith intitulada *The Principles Which Lead and Direct Philosophical Enquires; Illustrated by the History of Astronomy* (1795) refere-se ao papel da filosofia como a ciência que conecta os princípios da natureza (considerando que no século XVIII era amplamente aceito que a filosofia incluía as ciências naturais). Ao longo do texto, Smith endossa o método indutivo que Isaac Newton utilizou para desenvolver seu sistema astronômico (em que a gravitação é o princípio conector da astronomia). Smith adotou com efeito esta metodologia científica em seus escritos, assumindo a simpatia como princípio unificador das ações humanas na TSM, por exemplo. Na RN considera-se que não foi possível elaborar completamente tal objetivo, pois ao mesclar elementos econômicos e políticos, inviabilizou-se a possibilidade de existir um único princípio conector. Ademais, pode-se afirmar que Smith foi legatário de duas tradições intelectuais distintas: a racionalista baseada em Descartes e a empirista defendida por Locke, com primazia da segunda sobre a primeira (MEGILL, 1975).

⁷ Este ponto será retomado oportunamente na seção 4.

⁸ Como destaca Viner (1927, p. 291, tradução própria), “Adam Smith não era um defensor doutrinário do laissez-faire. Ele apontou uma grande gama de atividades para o governo, e ele estava preparado para estendê-lo ainda mais, desde que o governo melhorasse seus níveis de competência, de honestidade e de espírito público, mostrando a si mesmo capacidade para responsabilidades mais amplas.”

⁹ O liberalismo é uma filosofia política que tem como fundamento a defesa da igualdade e da liberdade individual nos campos econômico, político, religioso e intelectual, do direito de propriedade privada e da supremacia do indivíduo frente ao poder estatal.

trabalho e troca, bastante importantes e interconectados na RN, sendo ambos os sustentáculos da tese do autor, segundo a qual o desejável enriquecimento de uma nação é, primordialmente, fruto da divisão do trabalho, que tem como efeito material o aumento da produtividade geral, derivado da propensão humana à troca, fato esse que garante o progresso da sociedade (COUTINHO, 1993). Para Smith é o trabalho, em um sentido amplo, a única fonte de riqueza de uma nação. No início da RN, Smith já apresenta com ênfase essa noção quando afirma que “o trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente” (RN, I.1). Já a importância da troca é explicada na RN a partir da consideração de que o bem-estar material não guarda relação direta com o poder que cada indivíduo tem, uma vez que em uma sociedade comercial há uma dependência mútua, mas impessoal, na qual as trocas facilitam a obtenção de bens produzidos por outros indivíduos. A propensão à troca assegura também, mediante a divisão do trabalho e o comércio amplo, a máxima riqueza para a sociedade, permitindo a superação de situações moralmente degradantes associadas à pobreza (MULLER, 1995).

Já no tocante ao interesse-próprio, principal conceito comportamental subjacente à teoria econômica da RN, é ele que permite ao autor tratar os fenômenos da economia a partir de um ponto de vista específico, pois além de poder descrevê-los de maneira sistemática, estes fenômenos têm uma natureza particular, qual seja, a de que as ações econômicas permitem alcançar o máximo de bem-estar para a humanidade sem qualquer apelo à benevolência ou à caridade (CERQUEIRA, 2004). É bem conhecido o trecho de RN: “não é por benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter nosso jantar, mas sim da atenção que eles dedicam ao seu próprio interesse” (RN, I.ii.2). Assim, a combinação de interesse-próprio com a garantia da justiça levaria a ações de ordem econômica que beneficiariam a nação, sem a necessidade de participação ativa do Estado.

Ainda, com referência à mão invisível, essa metáfora teria origem no plano divino, em que a mão de Deus arranjaria e poria em movimento as peças que compõem a vida econômica da sociedade. Baseado nesse argumento, Smith estabelece o conceito de cadeia invisível, regida por leis naturais, que liga as ações humanas e conduz a sociedade ao melhor dos mundos. De acordo com Luna (1993), Smith usou a simbologia da mão invisível como um artifício de retórica e como uma expressão para representar um esquema funcional que resolve os problemas, econômicos de um modo definitivo. Para Bianchi e Santos (2007), por sua vez, essa metáfora é, ao mesmo tempo, consagrada na economia e também fonte de grande polêmica e controvérsia. Não obstante, tal imagem recorrentemente é interpretada como um sinônimo da doutrina do *laissez-faire*, combinada e agregada de ordem e coesão social.

Posto dessa maneira, tem-se a impressão de que Smith, na RN, logrou êxito no sentido estrito de dar autonomia plena a economia frente à filosofia moral. Todavia, se for aceito que o discurso econômico pós Smith deixa de ter relação com regras morais, isso significa assumir que as ações econômicas devem ser orientadas espontaneamente para o bem de todos, caso contrário o argumento não se justificaria. Isso é paradoxal, pois implica claramente em um caráter moral de tais ações (CERQUEIRA, 2004). Considerado sob um ponto de vista puramente dicotômico, em que a RN é uma obra independente de princípios morais e emancipadora estrita da economia enquanto área autônoma do conhecimento, é factível crer que realmente há uma oposição absoluta entre esta obra e a TSM. Em uma análise até certa medida superficial, pode ser atendido o desejo de se separar a ética e a filosofia moral do discurso econômico de Smith (ver Dumont, 1977). Este, contudo, não parece ser este o caso. Antes, estudos contemporâneos mais minuciosos do conjunto da obra de Adam Smith¹⁰ corroboram a conclusão de que a RN e a TSM são partes de um projeto único que o autor planejou concretizar em sua vida¹¹. Quando esse ponto não é observado, tende-se a chegar a uma interpretação parcial e errônea de seus escritos e de suas proposições acerca da economia.

¹⁰ Ver Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith, publicado a partir de 1976, sendo uma edição crítica que reúne todos os seus escritos conhecidos.

¹¹ Todavia, a questão da continuidade ou não entre as duas obras continua sendo bastante controversa, sendo conhecida como o problema smithiano, expressão cunhada primeiramente por August Oncken (da escola histórica alemã), na obra *Das Adam Smith Problem*, in *Zeitschrift für Sozialwissenschaft*, ed. J. Wolf (Berlin, 1898), 1:25-33, 101-8, 276-87. Para uma versão mais concisa deste artigo, ver Oncken (1897).

Para tanto, basta ler o prefácio da sexta edição da TSM (1790), revisado pelo próprio Adam Smith. Ali ele enfatiza expressamente a conexão entre a RN e a TSM¹²:

No último parágrafo da primeira edição do presente trabalho, eu disse que eu deveria em outra obra esforçar-me para dar conta dos princípios gerais do direito e da administração pública, e de diferentes alterações que eles sofreram em distintas épocas e períodos da sociedade. [] Na RN, eu parcialmente cumpri essa promessa, ao menos no que diz respeito à política, ao fisco e as forças armadas.

Sen (1999) observa que muitos dos admiradores de Smith não se aprofundaram em uma leitura mais atenta da obra do autor, sem avançar além de uma ou de algumas passagens específicas da RN. Por essa razão, não compreendem que Smith não pregava que a “salvação” da economia fosse derivada de uma razão única (SEN, 1999, p. 3). É mister também observar o momento e o contexto histórico em que vivia Smith, sendo imperioso reconhecer que os interesses teóricos do autor não negligenciaram a emergência do iluminismo escocês e os eventos ocorridos ao longo do século XVIII (GRISWOLD JR, 1999)¹³. Por exemplo, conforme sustentam Bianchi e Santos (2007), uma parte considerável da RN tem como mote a reprovação do sistema mercantilista então vigente, retratando uma veemente crítica de Smith a estrutura institucional da época.

Nesse sentido, Danford (1980) sustenta que, analisado sob a luz da história, os escritos de Smith denotam uma proposta não de certos arranjos políticos por razões econômicas (“interferência política na economia”), mas ao contrário, o que ele propôs foram arranjos econômicos por razões políticas. E acrescenta que, após refletir a partir das alternativas disponíveis que as sociedades poderiam escolher, Smith apontou que a que melhor atenderia as necessidades humanas, considerando todos os aspectos, seria a sociedade comercial, que poderia gradualmente aumentar a prosperidade material enquanto encorajaria, ao menos potencialmente, todos as outras benesses de uma civilização evoluída.

Ganem (2000), também enfatizando a importância do contexto histórico em que viveu Smith, assevera que os escritos do autor somente podem ser entendidos na sua real dimensão se forem consideradas não somente a complexidade de um processo que teve início na filosofia política e moral dos séculos XVII e XVIII, mas também as relações que o Adam Smith dessa época estabeleceu com esse quadro de ideias.

Cabe ressaltar que, de acordo com os registros históricos, Smith não se importou em promover sua obra, em arregimentar discípulos ou em popularizar suas ideias. Tanto é assim que seus escritos não foram utilizados como fonte declarada de argumentos de qualquer espécie no período em que o autor estava vivo, o que favorece uma leitura descontextualizada de seus escritos (CERQUEIRA, 2003). Como relatou um estudioso do liberalismo:

Quando Smith escreveu a RN, ele deu ênfase à queda do feudalismo e relatou com desdém como posteriormente a aristocracia enquadrou o sistema a seu favor. Assim, ele foi forçado a voltar-se para o comércio combinado com o “princípio da avareza”, o que revogou as restrições sobre o empreendedorismo, renegado até então pela classe dominante. Assim, àqueles que faziam parte da nobreza viram-se forçados a ocupar postos produtivos, o que levou a uma mudança drástica de seus perfis. [...] A transformação da economia e dos padrões sociais trouxe consigo o desenvolvimento de instituições políticas representativas. Como as oportunidades de se acumular riquezas cresceram, os homens demandaram segurança e justiça: a proteção de cada homem enquanto ser e de sua propriedade, da oportunidade de fazer comércio e de adquirir riqueza (GRAMPP, p. 322, 1948, *tradução própria*).

Destarte, defende-se que a contribuição de Smith para o discurso econômico não reside no fato de ele observar uma dicotomia entre a filosofia moral e a economia, mas sim uma noção ampla a respeito da civilização,

¹² De acordo com Ganem (2000), em defesa da unidade da obra de Smith é possível estabelecer três momentos históricos distintos. O primeiro, por volta de 1890, é considerado a primeira reação à escola histórica; o segundo, com o trabalho seminal de Morrow (1924); e o terceiro, contemporaneamente marcado pela contribuição de vários autores, dentre os quais pode ser destacado Jean Pierre Dupuy (1992a, 1992b).

¹³ Basta lembrar que foi no século XVIII que ocorreram a Revolução Industrial, a independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789-1799).

indicando que o desenvolvimento civilizatório e o bem da sociedade poderiam coexistir com a necessária liberdade auto-interessada dos indivíduos. Dessa forma, o autor objetivava conciliar as virtudes cívicas com o desenvolvimento do comércio, rompendo com o espectro vigente em sua época, de uma dicotomia insolúvel entre os valores morais e o impulso aquisitivo (TRIBE, 1978).

O surgimento da economia enquanto área autônoma do conhecimento em Adam Smith não ocorre a partir de uma ruptura, em sentido estrito, com os aspectos morais. Isto sinaliza que o autor deixou clara essa preocupação e a situação paradoxal ao porvir. Como bem aponta Ganem (2000), “a autonomia (em sentido estrito) da economia só poderá ser realizada com reduções. Se posteriormente outros teóricos reduzirão a economia, isto é uma outra história. Adam Smith, seguramente, não o fez.”

Finalizada esta seção, seguem alguns apontamentos mais aprofundados em relação à pretensa tentativa de emancipação da economia enquanto área autônoma do conhecimento, procurando desvencilhá-la da filosofia moral do próprio Smith, a partir da apresentação e análise dos principais conceitos contidos na TSM.

3 ADAM SMITH, A TSM E A FILOSOFIA MORAL

Enquanto a RN pode ser entendida como uma tentativa de Smith de explicar os fenômenos econômicos (uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações), como explicitado na seção anterior, a TSM pode ser compreendida como uma teoria¹⁴ sobre a filosofia moral e social, discorrendo sobre as questões éticas (MEGILL, 1975).

Segundo Evensky (1987), a TSM parte do princípio moral de que é importante distinguir os efeitos das ações humanas dos sentimentos que as motivam. Smith não faz distinção entre sentimentos maus ou bons. As atitudes advindas de interesses rigorosamente pessoais, mediados pelo espectador imparcial para que não infrinjam a regra da justiça, geram, inesperadamente, o bem comum e a felicidade. O que leva a um sentimento virtuoso é a combinação entre os efeitos das atitudes que ele promove e o propósito estabelecido pelo ente divino.

De acordo com Smith, até mesmo as ações motivadas exclusivamente por interesses pessoais (*self-concern*) e amor-próprio (*self-love*) são naturais dos homens e podem ser virtuosas. Sobre este ponto, o autor assevera que:

Cada homem é, sem dúvida, por natureza, primeira e principalmente recomendado ao cuidado de si mesmo; e como ele é mais apto ao cuidado de si mesmo do que de alguma outra pessoa, é apropriado e correto que seja assim. Cada homem, portanto, é muito mais profundamente interessado no que quer que imediatamente lhe diga respeito, do que naquilo que diz respeito a qualquer outro homem (TSM, II.ii.2.1).

Desse modo, afirmam Santos e Bianchi (2007), se verifica uma equivalência entre os conceitos de amor-próprio (cuidar de si) e interesse próprio¹⁵, que não se restringe tão somente aos âmbitos da autopreservação e do instinto, mas também a esfera social, de caráter moral, político e econômico, havendo, portanto, uma definição genérica de interesse próprio.

Percebe-se que há nessa intervenção de Smith uma viva menção do conceito da mão invisível, ainda que esta seja muito mais difundida na RN. Na TSM a ordem harmoniosa da natureza foi efeito da mão divina, enquanto na RN essa divindade benevolente é praticamente ausente. Na TSM a mão invisível assume outros contornos, tais como: “o grande Diretor da natureza”, “a causa final”, “o Autor da Natureza”, “o grande juiz dos corações”, “Providência”, “a Criatura divina” e, mais raramente, “Deus”; sempre enfatizando o papel da divindade sábia e benevolente (VINER, 1927, p.202).

¹⁴ Para Smith, os termos teoria e sistema possuem o mesmo significado, sendo a palavra sistema a mais frequentemente empregada por autores do século XVIII (MEGILL, 1975).

¹⁵ Por exemplo, Smith utiliza estes termos indistintamente em trechos como (TSM, I.i.2.1) e (TSM, VII.ii.3.12).

Para ilustrar e realçar essa diferenciação, seguem os trechos considerados mais importantes em que aparecem deferências à proposta da mão invisível. Primeiramente, na TSM, no capítulo 1 da parte IV, intitulado “Do efeito da utilidade sobre o sentimento de aprovação”, encontra-se a descrição de Smith de um proprietário de terra como um ser levado pela mão invisível (benevolente) a distribuir sua colheita para os que trabalham para ele:

É em vão que o orgulhoso e insensível senhor de terras vê seus extensos campos e, sem ao menos pensar nas necessidades de seus semelhantes, em imaginação consome ele mesmo a colheita inteira. [No entanto] a capacidade de seu estômago não é proporcional à imensidão de seus desejos, e receberá não mais do que aquele [estômago] do mais humilde camponês. O resto ele será obrigado a distribuir entre aqueles que preparam, da melhor maneira possível, o pouco que ele mesmo utiliza, entre aqueles que vivem no palácio no qual este pouco é para ser consumido, entre aqueles que deixam e mantêm em ordem todas as diferentes bugigangas e quinquilharias que são empregadas na economia da grandeza; todos os quais assim disfrutam de sua luxúria e capricho, que disfrutam das necessidades da vida, as quais eles iriam em vão esperar de sua humanidade ou de sua justiça ... Os ricos ... são conduzidos por uma **mão invisível** a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida, o que teria sido feito caso a terra fosse dividida em partes iguais entre todos os seus habitantes, e, assim, sem querer, sem saber, promove-se o interesse da sociedade (TSM, IV.i, 1759, *grifo meu, tradução própria*).

Por sua vez, no segundo capítulo do livro IV da RN, intitulado “Das restrições sobre a importação de países estrangeiros de tais bens que podem ser produzidos domesticamente”, Smith argumenta que a preferência pelo uso da indústria “doméstica” ao invés da “estrangeira” para obter maiores lucros constitui uma mão invisível que promove os interesses da nação e da sociedade como um todo, enquanto simultaneamente enriquece o indivíduo:

À medida que cada indivíduo () se esforça tanto quanto pode para empregar o seu capital em apoio da indústria doméstica e assim direcionar essa indústria para que o seu produto tenha o maior valor, cada indivíduo trabalha necessariamente para tornar a receita anual da sociedade tão grande quanto puder. Ele geralmente, certamente, nem pretende promover o interesse público, nem sabe quanto ele o está a promover. Ao preferir o apoio da indústria doméstica ao da estrangeira, ele pretende apenas a sua própria segurança; e ao direcionar essa indústria de tal modo que o seu produto possa ter maior valor, ele busca apenas o seu próprio ganho, e ele é assim, como em muitos outros casos, conduzido por uma **mão invisível**¹⁶ para promover um fim o qual não fazia parte da sua intenção. Nem sempre é ruim para a sociedade que não tome parte nisto. Ao perseguir o seu próprio interesse ele promove frequentemente o da sociedade mais eficazmente do que quando ele realmente o tenciona promover (RN, IV.ii.9, 1776, *grifo meu*).

Nota-se que na RN Smith procura analisar e explicar a harmonia do mecanismo econômico, enquanto a TSM possui até mesmo características de uma obra “religiosa” harmônica (uma “apologia à moralidade Cristã”). Logo, a mão invisível da RN soa como um resquício claro da harmonia divina imposta na TSM (VINER, 1927).

Na TSM há também um conceito fundamental para o entendimento dessa obra, qual seja, o da simpatia, esta em um sentido amplo, não devendo ser confundida com o conceito da benevolência. De acordo com Thomson (1965), a simpatia em Smith serve como a força reguladora que sustenta as movimentações divergentes dos indivíduos e direciona suas ações dentro do padrão harmonioso estabelecido pela ordem natural unificada. Megill (1975) entende que para Smith a simpatia é o alicerce de nossas “faculdades morais”, sendo a base não só para o julgamento da conduta e do caráter das outras pessoas, como também da conduta e do caráter de si mesmo; considerando que todos nossos julgamentos morais são dependentes de nossa situação social.

Cabe esclarecer que ao considerar que não sabemos sentir os sentimentos de outras pessoas com a mesma intensidade que elas, para Smith isso leva a moderação de nossos próprios sentimentos para que as outras pessoas possam compartilhar deles e que possam exibir sua simpatia para conosco, como se houvesse o que Smith chama de

¹⁶ Este é o único uso explícito do termo mão invisível na RN, tendo ele pouco a ver com a ideia de “equilíbrio automático dos mercados”, que tende a ser sua interpretação canônica (BIANCHI; SANTOS, 2007), ou seja, a interpretação da teoria econômica convencional. No contexto em que foi utilizado, o argumento da mão invisível trata fundamentalmente de crescimento econômico.

“espectador imparcial” (*impartial spectator*)¹⁷. É através do balanço entre nosso egoísmo (*selfishness*)¹⁸ e o desejo de que outros simpatizem conosco que exercemos o autodomínio (*self command*), que é “aquele domínio das paixões que submete todos os movimentos da nossa natureza ao que a nossa própria dignidade e honra e a correção de nossa própria conduta requer” (TSM, I.i.5.1).

É este mesmo autodomínio que está na base da possibilidade de manter a ordem social, prescindindo em parte de um maior controle do Estado, pois cada indivíduo tem em si um motivo para observar as normas de comportamento adequadas. Cada homem deriva de sua relação com o espectador imparcial àquela virtude mínima a partir da qual a vida em sociedade se torna possível, o sentido de justiça, existente pela seguinte razão e justificativa:

Todos os membros de uma sociedade humana precisam cada um do auxílio dos outros e estão, da mesma maneira, expostos a danos mútuos. A sociedade floresce e é feliz onde o auxílio necessário é fornecido reciprocamente pelo amor, gratidão, amizade e estima. (...) [Por outro lado] a sociedade pode subsistir entre homens diferentes, assim como entre diferentes comerciantes, por uma compreensão de sua utilidade, sem qualquer amor ou afeição mútuos. (...) A sociedade, entretanto, não pode subsistir entre aqueles que estão sempre prontos para prejudicar e lesar uns aos outros (TSM, II.ii.3.1-3).

Desse modo, Viner (1927) explica que é possível para uma sociedade conviver sob a ausência da beneficência (*beneficence*)¹⁹, mas não sem a presença da justiça. Como descrito na TMS, a beneficência “é o ornamento que embeleza, mas não a base que sustenta o edifício. [...] Justiça, ao contrário, é o pilar principal que sustenta todo o edifício” (TSM, II.ii.3.3). O requisito para a existência da sociedade consiste apenas na virtude da justiça: “A beneficência, portanto, é menos essencial para a existência da sociedade do que a justiça. A sociedade pode subsistir sem a beneficência, ainda que não no estado mais satisfatório; mas a prevalência da injustiça deve destruí-la completamente²⁰” (TSM, II.ii.3.3).

Smith defende que a virtude da justiça consiste na imparcialidade que emerge do diálogo com o espectador imparcial. Ela depende, portanto, da capacidade de avaliar os efeitos de nossas ações colocando-nos no lugar daqueles a quem podemos ofender, conforme o trecho abaixo:

Perturbar a felicidade dele [a de outro homem] apenas porque ela encontra-se no caminho da nossa, tirar dele aquilo que lhe é realmente útil apenas porque pode ser tão ou mais útil para nós, ou favorecer, dessa maneira, à custa de outras pessoas, a preferência natural que cada homem tem por sua própria felicidade acima daquela de outras pessoas é aquilo com que nenhum espectador imparcial pode concordar (TSM, II.ii.2.1).

Sem a justiça - concebida de modo semelhante à tradição do direito natural (*natural right*)²¹, como o direito de cada um ao que é seu - a sociedade não pode existir. É com base nisso que o Estado deve fazer cumprir o direito de cada indivíduo a sua vida e propriedade, punindo aqueles que violam esta regra (TSM, II.ii.3.6) (ver Muller, 1995):

¹⁷ “Espectador imparcial: uma intimidação moral que, olhando ‘acima dos ombros’ do homem econômico, examina minuciosamente cada movimento dele” (GRAMPP, p. 318, 1948, tradução própria). Também chamado de “homem dentro do peito”, “razão” ou “consciência” (TSM, III.2.32; III.3.4).

¹⁸ Na opinião de Bianchi e Santos (2007), o egoísmo é a combinação de simpatia fraca com interesse próprio forte, em relação a pessoas distantes e sem relações com o agente, o que pode provocar a repulsa social ao fugir de certos parâmetros. Por esse motivo esse “egoísmo” deve ser controlado, pois, de outro modo, ele poderia nos levar a violar os direitos dos outros homens e, consequentemente, a inviabilizar a convivência em sociedade.

¹⁹ Cabe observar que Smith (TSM, VI.ii.3.1) distingue beneficência de benevolência: a primeira se refere a bons ofícios (ações), a segunda se refere a boa vontade (desejos).

²⁰ Smith estabelece uma distinção clara entre justiça e beneficência. Justiça pode ser exigida à força, beneficência não; a violação da justiça expõe a punição, a falta de beneficência não (embora possa ser desaprovada); a observância da justiça não merece recompensa (pois apenas abstém-se de causar mal a outrem; no máximo, respeitar-se-á a inocência do indivíduo justo), já um grande exercício de beneficência merece grande recompensa (TSM, ii.1.3 e 4 e 9).

²¹ “No sentido smithiano, o direito natural é a liberdade que cada indivíduo tem de agir de maneira em que ele é conduzido inalteravelmente por traços psicológicos e outros por escolha própria” (GRAMPP, p. 326, 1948, tradução própria).

Na corrida por riqueza, fama e honrarias, ele [o indivíduo] pode correr tão esforçadamente quanto for capaz, e empregar ao máximo cada nervo e músculo para ultrapassar todos os seus competidores. Mas se ele porventura atropela ou derruba qualquer um deles, a complacência dos espectadores termina por completo. Trata-se de uma violação do jogo limpo que eles não podem admitir. (...) Portanto, eles logo simpatizam com o ressentimento natural do prejudicado e o infrator torna-se o objeto de seu ódio e execração (TSM, II.ii.2.1).

Nesse sentido, cabe ressaltar a posição de Smith segundo a interpretação de Grampp (p. 333, 1948), no que tange ao estabelecimento e cumprimento das leis:

A competição é possível, todavia, apenas na presença de certas condições políticas e, ao prescrever isto, Smith foi decisivamente pessimista²². As leis devem ser estabelecidas para tornar a propriedade segura, incluindo a propriedade que cada homem tem de seu próprio trabalho, em que a segurança [da propriedade] demanda uma exata e igual administração da justiça. As reformas políticas que Smith pedia não clamavam muito pela aprovação de uma nova legislação, mas sim pela anulação das velhas, tais como as leis do monopólio, das tarifas e de outras restrições ao comércio internacional, além da concepção doentia do Estado em esforçar-se para regular a produção e o consumo. Deixar que os governantes olhassem seus próprios interesses e poder confiar que o povo olha os seus foi a forma em que Smith resumiu sua posição (*tradução própria*).

A partir do estabelecimento das relações até aqui apresentadas entre a TSM e a RN é possível retomar e buscar responder a questão sobre a intenção deliberada ou não de Smith no que se refere à emancipação da economia frente à filosofia moral. Diante do exposto, fica evidente que a interpretação mais satisfatória dos escritos de Smith no que tange a fundação da reflexão econômica como uma disciplina separada da filosofia moral não se caracteriza por um dualismo ou contradição entre os princípios das duas obras (interesse próprio e simpatia), antes pelo contrário, a RN representa nesse sentido uma continuação da TSM (RAPHAEL; MACFIE, 1982).

O que ocorre é que na RN o objetivo de Smith não é tão amplo (ver Thomson, 1965), pois diz respeito basicamente às questões econômicas, em que a motivação baseia-se no interesse próprio. Esse fato permite à Smith abordar os fenômenos econômicos de um modo singular, em que as diversas situações têm como único aspecto moral a virtude da justiça, em que o vínculo social se apoia apenas na “troca mercenária de bons serviços conforme uma avaliação acordada” (CAMPBELL; SKINNER, 1981, p. 19).

Para Ganem (2000), a competência e a natureza filosófica do autor são evidentes e são expostas na TSM, sendo esta obra um tratado filosófico e moral que o tempo e o debate comprovaram que não pode ser deixado de lado. Assim sendo, a economia nasce sob a paternidade de um filósofo moral e dentro dessa perspectiva não é possível, portanto, compreender a obra de Smith sem aceitar a unicidade desta. Isto significa enriquecer a RN com os escritos filosóficos da TSM e entender a relação irrefutável entre as duas obras. Na explicação da ordem social, a TSM funciona como obra tão importante quanto a RN, não sendo portanto a ela redutível, conclui Ganem (2000).

Assim sendo, conclui-se que na obra de Smith a simpatia da TSM e o interesse próprio da RN não tem em si caráter contraditório, de transição, complementar ou de qualquer outra espécie que não seja o de continuação, em que se concilia a busca da vantagem pessoal, característica das “sociedades comerciais”, com o objetivo prático-moral - inscrito no plano (*design*) da Providência - de alcançar o bem para a sociedade. Com isso, concorda-se com a afirmação de Sen (1999), de que “a teoria econômica empobreceu sensivelmente sua abordagem ao ignorar a variedade das considerações morais que determinam os comportamentos humanos, inclusive os econômicos, e centrar-se exclusivamente nas motivações ditadas pelo interesse pessoal”.

4 AS INTERPRETAÇÕES ATUAIS DOS ESCRITOS DE ADAM SMITH

Como visto até aqui, boa parte dos intérpretes de Adam Smith preferiram dar maior ênfase a alguns aspectos específicos dos escritos do autor, como é o caso dos fenômenos econômicos da RN, em detrimento de outros pontos

²² Cabe frisar, novamente, que Smith demonstra pessimismo no que se refere ao estabelecimento e cumprimento das leis. Todavia, no que diz respeito à “ordem natural”, o autor é considerado razoavelmente otimista. Ver Viner (1927) e Cardoso (2002).

que são igualmente relevantes para o entendimento global deste, como é o caso da filosofia moral e da ética enfatizadas na TSM, por exemplo.

Bastante importante na leitura dos textos elaborados por Smith, já comentado anteriormente, é perceber a dimensão política e ética do conjunto de sua obra, contextualizando-a em relação aos problemas e motivações intelectuais próprios do século XVIII, época em que Smith desenvolveu suas teses.

Ao longo do tempo, crescentemente tem-se atribuído ao autor grande responsabilidade pela difusão da doutrina do *laissez-faire*, sem levar em conta que essa é apenas uma das interpretações possíveis ainda que parcial de seu trabalho, que não pode ser compreendido apenas com base tão somente em parte de seus escritos, ora seja, do modo como convencionalmente é percebido e propagado nos mais diversos meios comunicação.

Publicações recentes sobre os escritos de Smith vem mostrando quão equivocado tem sido o entendimento do conjunto de sua obra, quase sempre enfocada apenas sob o prisma econômico predominante no século XX. Ao deixar em segundo plano as análises econômicas para debruçar-se especificamente sobre a dimensão política e ética de seu pensamento, contextualizando-as quanto as questões candentes do século XVIII, estes estudos revelam um panorama totalmente distinto, mais multifacetado, em que:

Smith é mais cético, filosoficamente e politicamente focado, em que o entusiasmo com que ele recebe a transição para uma sociedade baseada no comércio e nas manufaturas é mesclado com um reconhecimento desapaixonado tanto das perdas quanto dos benefícios advindos da sociedade comercial (BROWN, 1994, p.1, tradução própria).

Há que se resgatar e enfatizar seu legado no que concerne à filosofia moral e as inquestionáveis inter-relações que foram estabelecidas por Smith desta com a economia, pois como assevera Cerqueira, “Smith nunca deu qualquer indicação de que pensasse haver alguma contradição entre (...) trabalhos ou mesmo uma mudança de posição filosófica ao longo de sua vida” (p. 9, 2003). Desse modo, a reconstrução dos argumentos de Smith, de sua linguagem e contexto, tem fornecido elementos para uma nova compreensão das relações entre a ética e a economia.

Outra questão que deve ser levada em consideração são os motivos que levaram Smith a se tornar o grande símbolo da economia moderna, tido como um precursor na defesa do *laissez-faire* e do liberalismo econômico. Para Cerqueira (2001), esse tópico tem importância se for levado em consideração o fato de que sobretudo ao longo do século XX foi construída uma visão estereotipada de Smith como um defensor intransigente da não ingerência do Estado na condução dos negócios e também do livre mercado, visão herdada do século XVII e XVIII²³ e amplamente majoritária, apesar da presença de algumas poucas vozes dissonantes.

Para ilustrar este ponto de vista, tem-se que até a crise de 1929 houve um período de predominância de políticas econômicas inspiradas nos preceitos do *laissez-faire*, doutrina atribuída a Smith (ver Black, 1976). Depois desta *debacle* e de seus desdobramentos negativos sucedeu-se um declínio acentuado no prestígio de Smith, de forma que no início da década de 1950 os economistas chegaram até mesmo a considera-lo um autor fora de moda (ver Moos, 1984).

Conforme Copley (1995), foi por ocasião do bicentenário da primeira edição da RN, em 1976, com o lançamento da *Glasgow edition* e do significativo aumento de publicações relacionadas à Smith a partir desse momento, que a atenção sobre a obra do autor ganhou novo fôlego. A partir daí e especialmente na década de 1980, atendendo sobretudo ao discurso político neoliberal, a obra de Smith foi vinculada à nova onda de liberalismo econômico e em movimentos de desregulamentação e privatizações que ainda estão ocorrendo.

Além disso, Tribe (1999) afirma que a supremacia do mecanismo de mercado sobre o estado intervencionista a partir de 1990 parece oferecer justificativa prática para os supostos argumentos “smithianos” a favor da liberdade

²³ Conforme as obras de Ricardo, Malthus, Say e Mill. Estas têm características acentuadamente analíticas e os seus escopos são marcadamente mais restritos do que a abordagem filosófica e de um amplo leque de temas abordados na obra de Smith.

natural, interesse próprio e dos resultados “benéficos” das forças de mercado; com que atualmente o nome Adam Smith está firmemente ligado a defesa do livre mercado.

Bem, em conformidade com o que já foi exposto neste artigo, não parece ser essa a real mensagem de Smith. Para citar apenas dois exemplos, relativos especificamente a uma crítica de Smith em que assinala a importância do Estado e as dúvidas quanto ao funcionamento do livre mercado, tem-se que:

Há ainda outra qualificação que deve ser feita para a caridade do interesse pecuniário. Mesmo quando expressa no livre mercado, ela apenas tem a tendência de produzir uma ordem harmoniosa. Smith não disse que a competição invariavelmente produz a maior riqueza possível e a mais desejável distribuição dela (e claro que ele negou com ainda mais força que a avareza é desejável em qualquer tipo de ambiente). No mais livre dos mercados empresas individuais não acharão lucrativo oferecer certos bens e serviços, e sua provisão deverá ser feita pelo Estado. Fora esta falha, empresas livres dividem a riqueza nacional de uma maneira em que a justiça distributiva é deficiente sob qualquer aspecto. Os indivíduos vão receber o que eles valem no livre mercado, mas a maneira que o mercado avalia seus serviços e a maneira em que eles deveriam ser avaliados serão duas coisas bem diferentes no caso em que poder e sorte são desigualmente distribuídos (GRAMPP, p. 334-335, 1948, *tradução própria*).

No próprio conteúdo da RN, Smith demonstra ambivalência quanto ao progresso econômico. Se por um lado ele apregoava o livre comércio, por outro ele era bastante cético de que esse sistema pudesse efetivamente ser estabelecido (HIRSCHMAN, 1977). Exemplo que sustenta este argumento deriva do seguinte excerto:

Esperar, de fato, que a liberdade de comércio devesse ser inteiramente restaurada na Grã-Bretanha, é tão absurdo quanto esperar que uma Oceana (*sic*) ou Utopia devessem ser estabelecidas ali. Não apenas os preconceitos do público, mas o que é muito mais questionável, os interesses privados de muitos indivíduos, irresistivelmente se opõem a isso (RN, IV.ii.43).

Igualmente, conforme Hirschman (1977), Smith fazia críticas a própria divisão do trabalho, que ao invés de ter sua abordagem eufórica do início da RN, recebeu um tratamento lúgubre ao final da mesma obra, por seus efeitos perniciosos sobre as capacidades intelectuais e morais das pessoas, por estas executarem apenas, e amiúde, “uma ou duas operações simples” (RN, V.i.f.50).

Assim sendo, sabe-se que da segunda metade do século XIX em diante, as referências mais amplas do sistema concebido por Smith foram pouco a pouco sendo abandonadas e a mensagem original do autor foi limitada exclusivamente à defesa do livre mercado. Desvestida de suas reais intenções, especialmente a RN passou a ser compreendida tão somente como uma exposição do funcionamento espontâneo e autorregulado do mercado, uma análise da distribuição e produção dos bens materiais associadas apenas acerca de uma teoria do valor (de troca). As reais contribuições e inter-relações das suas obras, no que diz respeito à ética e a filosofia moral, a economia e a política foram, assim, relegadas para um plano secundário ou esquecidas (CERQUEIRA, 2004).

No que tange aos aspectos de natureza acadêmica, inúmeros autores contemporâneos vêm desenvolvendo uma crítica abrangente a um dos princípios mais fundamentais e duradouros da teoria econômica convencional: o pressuposto de que os agentes se orientam tão somente pela busca do seu interesse próprio (ver Sen, 1997). Tribe (1999) aponta que grande parte das publicações envolvendo Smith continuamente reforçam, explícita ou implicitamente, uma abordagem do autor apenas como um defensor destes agentes da “economia liberal”, pois é este o principal rótulo dado a ele por muitos economistas.

Dois pontos contrários contundentes derivados dos referidos pressupostos são relevantes: o primeiro, um questionamento acerca da maneira extremamente restrita como os economistas têm representado as questões humanas; e o segundo, uma reprovação à compreensão convencional do pensamento econômico de Smith, que costuma atribuir a este autor uma mesma visão parcial e limitada sobre as motivações morais dos atos econômicos.

No se refere ao primeiro ponto, Sen afirma que “a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética” (SEN, p. 23, 1999). Ao mesmo tempo em que

admite que a maneira de conceber os seres humanos e suas motivações que caracteriza a abordagem econômica convencional tenha produzido resultados teóricos relevantes, Sen considera que a teoria econômica poderia tornar-se mais produtiva se considerasse os problemas associados às questões éticas que moldam o comportamento humano (CERQUEIRA, 2003).

Primeiramente, é possível criticar a teoria econômica convencional por identificar todo comportamento humano real ao comportamento racional e, nesta medida, elimina *a priori* a possibilidade de que as limitações cognitivas dos seres humanos ou a ausência absoluta de informações sobre o ambiente determinem a existência de formas de comportamento não-rationais. Em segundo lugar, o modo como a teoria econômica convencional concebe a racionalidade - seja como a consistência interna das escolhas, seja como maximização do interesse próprio - é extremamente restrito.

No que diz respeito à primeira concepção, a mera consistência das escolhas não pode ser tomada como condição suficiente de racionalidade, sem que se faça referência ao objetivo que se busca alcançar: “Se uma pessoa fizesse exatamente o oposto daquilo que a ajudaria a obter o que ela deseja (...) essa pessoa não poderia ser considerada racional, mesmo se essa consistência obstinada inspirasse algum tipo de admiração pasma no observador” (SEN, p. 29, 1999). Quanto a segunda maneira de definir a racionalidade, ela difere da primeira por se apoiar na relação entre o que a pessoa faz e seu interesse pessoal e, deste modo, escapa à objeção feita anteriormente. Todavia, conforme aponta Sen (p. 32, 1999): “considerar qualquer afastamento da maximização do interesse próprio uma prova de irracionalidade tem de implicar uma rejeição do papel da ética na real tomada de decisão”.

Com efeito, o pressuposto implícito nesta posição - e tradicionalmente adotado pelos economistas - é o de que o comportamento econômico real consiste efetivamente em atos orientados apenas pela busca do interesse pessoal. Assume-se, neste sentido, que o conceito de racionalidade como maximização do interesse próprio é uma boa descrição do que as pessoas efetivamente fazem, ao menos quando lidam com questões econômicas. Contrariamente, o apoio empírico a esta presunção é escasso e estudos recentes vêm apontando o peso que a presença de diferentes sistemas de valores nacionais tem no desempenho econômico relativo das sociedades (ver Sen, 1995).

Neste sentido, Cerqueira (2003) aponta que esta visão convencional sobre Smith decorre de uma leitura parcial e seletiva de sua obra, focada exclusivamente nos contextos específicos em que se enfatiza o papel do amor-próprio ou interesse próprio na sociabilidade. Que esta visão equivocada tenha prevalecido por tanto tempo entre economistas e historiadores do pensamento econômico é algo que segundo ele não deveria causar surpresa, pois é um resultado previsível do enfoque anti-histórico que orienta essa maneira de ler e abordar as obras do passado. Mais do que isto, é também um testemunho da perspectiva limitada que caracteriza a economia contemporânea:

O apoio que os crentes e defensores do comportamento auto-interessado buscaram em Adam Smith é na verdade difícil de encontrar quando se faz uma leitura mais ampla e menos tendenciosa da obra smithiana. Na verdade, o professor de filosofia moral e economista pioneiro não teve uma vida de impressionante esquizofrenia. De fato, é precisamente o estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos que pode ser apontado como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea (SEN, p. 44, 1999).

Neste aspecto, cabe frisar que a abordagem newtoniana utilizada por Smith no desenvolvimento de suas teses é distinta do método dedutivo²⁴ adotado por grande parte dos economistas da teoria econômica convencional atual. Foi após a ascensão do paradigma neoclássico que uma nova apreciação do legado de Smith transpareceu nos discursos e nos textos econômicos, refletindo uma profunda mudança no ponto de vista a partir da qual foram formuladas as novas leituras do autor e da economia enquanto área do conhecimento.

²⁴ Método dedutivo é a modalidade de raciocínio lógico que faz uso da dedução para obter uma conclusão a respeito de determinada(s) premissa(s). Essencialmente, os raciocínios dedutivos se caracterizam por apresentar conclusões que devem, necessariamente, ser verdadeiras caso todas as premissas sejam verdadeiras se o raciocínio respeitar uma forma lógica válida. Partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros (premissa maior), o pesquisador estabelece relações com uma segunda proposição (premissa menor) para, a partir de raciocínio lógico, chegar à verdade daquilo que propõe (conclusão).

Smith aplicou a indução na sua investigação tanto na TSM como na RN, sendo seu objetivo reduzir os fenômenos a uma sequência bem conectada de acontecimentos que seguissem uma regressão infinita até as causas primárias observadas desses fenômenos. Por sua vez, o paradigma neoclássico dedutivo é baseado no individualismo metodológico²⁵, além de não considerar a historicidade dos fenômenos na sua análise.

Nesse sentido, Luna esclarece que:

Modelos de equilíbrio geral parecem ter resolvido o enigma teórico da mão invisível ao atribuir aos preços o poder para coordenar uma economia descentralizada caracterizada - à primeira vista - por mercados perfeitos. Todavia, esses modelos são baseados na dedução, que é típica do paradigma neoclássico. Desde que a teoria econômica emergiu dessa tradição é frequentemente criticada por estar alheia do cotidiano; nós acolhemos um renovado e bem informado interesse na metodologia de Adam Smith, a qual se inicia precisamente com a observação dos fenômenos para construir um sistema teórico conectado e coerente (p. 31, 1993, *tradução própria*).

Em suma, o “verdadeiro” Adam Smith é certamente distinto da figura normalmente concebida por muitos e constantemente difundida, conclusão esta que tem emergido da tentativa de reconstituição do contexto de produção e recepção de sua obra. Ao invés de seguir tratando-o como mais um estudioso dos mecanismos de alocação de recursos através da fixação de preços relativos, trata-se de entendê-lo como um pensador preocupado em refletir sobre as maneiras como o interesse próprio e a sociabilidade podem combinar-se para tornar a sociedade comercial mais próspera e virtuosa (CERQUEIRA, 2003). Além disso, pode-se asseverar que o conjunto da obra deste autor não assume a existência de agentes puramente racionais e auto-interessados, mas sim de criaturas humanas realistas e multidimensionais (ASHRAF; CAMERER; LOEWENSTEIN, 2005).

5 CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que as contribuições teóricas pioneiras dadas por Adam Smith permitiram criar um sistema de análise adequado para o estudo da realidade econômica, desde que adaptadas ao estágio atual de desenvolvimento e modernidade em que se vive. Como exposto neste artigo, essas novas maneiras de abordar os diversos fenômenos econômicos não devem implicar de forma alguma em um abandono da integralidade da mensagem original contida na obra do autor, já que sua filosofia moral e a ética estão sempre presentes, mas sim podem e devem ser estudados e aprimorados considerando toda a dimensão, abrangência e reciprocidade verificada nos seus diversos escritos.

Partindo da apresentação e da análise dos principais argumentos desenvolvidos por Smith, tanto na RN como na TSM, e dos debates teóricos mais relevantes advindos dos mesmos, cabe salientar os seguintes aspectos gerais:

i) Adam Smith, sobretudo com a RN, foi determinante para o surgimento do discurso econômico. Baseada no conceito da mão invisível, a RN aponta que uma sociedade forjada pelos princípios basilares do trabalho e da troca resulta em uma nação mais rica e, por conseguinte, mais pujante e desenvolvida. Nesse sentido, essa obra desenvolve-se a partir de uma perspectiva marcadamente econômica, possuindo coerência interna e se justificando por espontaneamente resultar no bem da sociedade como um todo. Levando em consideração que as condições objetivas de possibilidade de um discurso especificamente econômico só se tornaram possíveis com o surgimento das economias de mercado, tem-se que a principal contribuição de Smith nesse sentido foi uma representação da economia mobilizada pelo interesse próprio, que acaba em situações melhores

²⁵ Concernente à análise da ação humana a partir da perspectiva dos agentes individuais. O postulado do individualismo metodológico da teoria neoclássica implica que: (a) as preferências dos agentes sejam determinadas exogeneamente; (b) não haja relações interindividuais, ou seja, que cada agente maximiza sua função de utilidade ou de lucro independentemente da atuação dos outros agentes. As relações entre os agentes são substituídas pela existência do leiloeiro (*crieur de prix*, na terminologia utilizada por Walras), o qual permite confrontar e compatibilizar as decisões de oferta e de demanda e assegurar assim o market clearing contínuo (equilíbrio geral). Ver Herscovici (2013).

em comparação a qualquer outra forma existente de sistema produtivo. Desse modo, Adam Smith deve ser celebrado como um dos que mais contribuíram para que a economia surgisse enquanto área autônoma do conhecimento humano, pois este autor desempenhou um papel pioneiro no estudo e na explicação dos fenômenos e princípios econômicos;

ii) entende-se que o autor buscou harmonizar o desejo da vantagem individual, predicado notadamente das economias de mercado, com a finalidade moral e ética de atingir o bem social comum, mesmo na própria RN, e mais ainda isto pode ser evidenciado ao estender-se a análise para a TSM. Em uma leitura global da obra de Smith, se observa que há conexões fortes entre os aspectos de cunho econômico e as questões relacionadas à ética e a filosofia moral, verificando-se em inúmeras passagens de seus escritos suas preocupações e críticas, por exemplo, quanto ao próprio funcionamento do sistema de livre mercado que ele apregoava. A interpretação mais satisfatória da obra de Smith no que tange a fundação da reflexão econômica como uma disciplina separada da filosofia moral não se caracteriza por um dualismo ou contradição entre os princípios das duas obras (interesse próprio e simpatia), antes pelo contrário, advoga-se que a RN deve ser entendida como uma continuação da TSM. Desse modo, não há emancipação da economia em relação à filosofia moral, em sentido estrito. Smith propõe uma concepção mais geral sobre a natureza do processo civilizatório, indicando que deve haver liberdade para que cada indivíduo busque seu interesse próprio sem contraposição com o bem comum ou ao desenvolvimento da civilização. Assim, o autor objetivava conciliar as virtudes cívicas com o desenvolvimento do comércio, rompendo com o espectro vigente em sua época, de uma dicotomia insolúvel entre os valores morais e o impulso aquisitivo. Nesse caso, a tentativa de abordar a obra de Smith a partir de uma perspectiva abrangente representa um passo importante no sentido de superar o abismo criado entre as duas disciplinas;

iii) evidencia-se que é relativamente comum haver uma apropriação seletiva da obra de Adam Smith, sobretudo no que diz respeito aos aspectos econômicos da mesma, resultantes de interpretações equivocadas e até mesmo de distorções propositais de sua mensagem original. Atribuindo erroneamente ao autor ao longo do tempo a condição de defensor intransigente do livre mercado e da não intervenção do Estado, a imagem estereotipada de Smith associada como o pai do liberalismo econômico foi reforçada pela ascensão gradativa desta escola de pensamento que se aliou no apoio teórico ao engajamento das economias mormente do ocidente em movimentos de desregulamentação e privatizações que ainda estão ocorrendo. Por seu turno, no meio acadêmico também é verificada condição bastante similar a anterior, embora revestida por características próprias, em que a teoria econômica convencional (representada pelo paradigma neoclássico) desvirtua a maneira smithiana de fazer ciência, uma vez que se baseia na racionalidade e no individualismo metodológico, de cunho a-histórico, empobrecendo e tornando estreita a ciência econômica em geral, o que resulta em uma reprovação à compreensão convencional do pensamento econômico de Smith, por costumeiramente atribuir a este autor uma mesma visão parcial e limitada sobre as motivações morais dos atos econômicos.

Por fim, faz-se necessário explicitar que, obviamente, nesta breve explanação sobre a vasta gama de temas possíveis de serem suscitados no que tange ao conjunto da obra de Adam Smith, não se pretendeu esgotar o assunto. Nesse sentido, a recomendação mais coerente diante do que foi apresentado nesse artigo é, indubitavelmente, que para conhecer apropriadamente o que Smith quis dizer sobre cada tópico dos muitos que ele se debruçou sobre, o caminho mais prolífico é o estudo atento dos textos originais do autor, combinado com as releituras e interpretações destes, propostas por estudiosos do tema.

ABSTRACT: This paper presents brief considerations on the most prominent works of Smith, the *Wealth of Nations* (WN) and the *Theory of Moral Sentiments* (TMS), underlining that the first one is an extension of the second, meaning therefore that both should be construed as an unity. While the RN reveals the author's vision of what became an autonomous field of knowledge called Economics, the TSM displays his positions about ethics. Using the inductive method, Smith contributed decisively to the delimitation of Economics as a separate field of knowledge, but without dissociating it completely from moral philosophy, keeping both related throughout his work. As many interpreters have attributed to the Scottish author responsibility for the spread of the doctrine of *laissez-faire*, this view comes indeed from a partial interpretation of his work, which must not be assessed only with basis on fragments of his writings. In this respect, the study of Smith's legacy ought to proceed by taking in consideration his moral philosophy and its unquestionable connections with Economics, approaching Smith's work in its full dimension.

KEY WORDS: Adam Smith, moral philosophy, ethics, Economics.

REFERÊNCIAS

ASHRAF, N.; CAMERER, C. F.; LOEWENSTEIN, G. *Adam Smith, Behavioral Economist. Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 3, p. 131-145, Summer 2005.

BIANCHI, A. M.; SANTOS, A. T. L. Além do cânon: mão invisível, ordem natural e instituições. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 635-662, Jul./Set. 2007.

BLACK, R. D. C. *Smith's contribution in historical perspective. In: WILSON, T.; SKINNER, A. (ed.). The market and the state: essays in honor of Adam Smith. Oxford: Clarendon Press, 1976.*

BROWN, V. *Adam Smith's discourse: canonicity, commerce and conscience. London: Routledge, 1994.*

CAMPBELL, R. H.; SKINNER, A. *General Introduction. In: Smith, Adam. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. (eds.), R. H. Campbell, A. S. Skinner e W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund, p. 1-60, 1981.*

CARDOSO, J. L. *Natural law, natural history and the foundations of political economy. In: Davis, Marciano, Runde (eds.), The elgar companion to economics and philosophy, 2002.*

CERQUEIRA, H. E. A. G. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 3 (95), p. 422-441, Jul./Set. 2004.

_____. O discurso econômico e suas condições de possibilidade. *Síntese Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 92, p. 391-405, 2001.

_____. *Para ler Adam Smith: novas abordagens. (Texto para discussão n. 183), Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, p. 1-23, Fev. 2003.*

COPLEY, S. *Introduction: reading the Wealth of Nations. In: COPLEY, S.; SUTHERLAND, K (eds.). Adam Smith's Wealth of Nations: new interdisciplinary essays. Manchester: Manchester University Press, p. 1-22, 1995.*

- COUTINHO, M. C. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- DANFORD, J. W. *Adam Smith, Equality, and the Wealth of Sympathy*. *American Journal of Political Science*, v. 24, N. 4, p. 674-695, Nov. 1980.
- DUMONT, L. *From Mandeville to Marx: the genesis and triumph of economic ideology*. Chicago: **University of Chicago Press**, p. 1-22, 1977.
- DUPUY, J. P. **Le Sacrifice et l'envie: Le libéralisme aux prises de la Justice**. Paris: Calmann-Levy, 1992a.
- _____. **Introduction aux sciences sociales: logique de phénomènes collectifs**. Paris: Ellipses, 1992b.
- EVENSKY, J. *The two voices of Adam Smith: moral philosopher and social critic*. *History of political economy*, v. 19, n. 3, p. 447-468, 1987.
- GANEM, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: a abordagem histórico-filosófica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-36, Jul./Dez. 2000.
- GRAMPP, W. D. *Adam Smith and the Economic Man*. *The Journal of Political Economy*, v. 56, Issue. 4, p. 315-336, Aug. 1948.
- GRISWOLD JR., C. L. **Adam Smith and the virtues of enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- HERSCOVICI, A. A Economia Neoclássica: rumo a uma definição epistemológica. **In: VI Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. Vitória, 2013.
- HIRSHMAN, A. **As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1977.
- LUNA, F. **From the History of Astronomy to the Wealth of Nations: Wonderful Wheels and Invisible Hands in Adam Smith's Major Works**. *UCLA Economics Working Papers*, 691S. Department of Economics, University of California, Los Angeles, Jan. 1993.
- MEGILL, A. D. *Theory and Experience in Adam Smith*. *Journal of the History of Ideas*, v. 36, n. 1, p. 79-94, Jan./Mar. 1975.
- MOOS, S. [1951]. *Is Adam Smith out of date?*. **In: WOOD, John C. (ed.). Adam Smith: critical assessments**. v. 3, London e New York: Routledge, 1984.
- MORROW, G. *The significance of the sympathy in Hume and Adam Smith*. **In: Philosophical Review**, n. 32, 1924.
- MULLER, J. Z. **Adam Smith in his time and ours: designing the decent society**, Princeton: Princeton Univ. Press, 1995.

ONCKEN, A. *The Consistency of Adam Smith*. *Economic Journal*, v. 7, n. 27, p. 443-450, Sep. 1897.

RAPHAEL, D. D.; MACFIE, A. L. *Introduction*. In: SMITH, Adam. *The theory of moral sentiments*. Indianapolis: Liberty Fund, p. 1-52, 1982.

SEN, A. *Moral codes and economic success*. In: BRITTAN, Samuel; HAMLIN, Alan. *Market capitalism and moral values*. Aldershot: Edward Elgar, p. 23-34, 1995.

_____. [1977]. *Rational fools: a critique of the behavioral foundations of economic theory*. In: _____. *Choice, welfare and measurement*. Boston, MA: Harvard University Press, p. 84-106, 1997.

_____. [1987]. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SMITH, A. [1776]. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. [1759, 1790]. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. [1795]. *The principles which lead and direct philosophical enquires; illustrated by the history of astronomy*. In: *Essays on philosophical subjects. The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*. Oxford, University Press, 1976.

THOMSON, H. F. *Adam Smith's Philosophy of Science*. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 79, n. 2, p. 212-233, May 1965.

TRIBE, K. *Adam Smith: Critical Theorist?* *Journal of Economic Literature*, v. 37, n. 2, p. 609-632, Jun. 1999.

_____. *Land, labour and economic discourse*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978.

VINER, J. *Adam Smith and Laissez Faire*. *Journal of Political Economy*, v. 35, n. 2, p. 198-232. Chicago, Univ. of Chicago Press, Apr. 1927.